

A FOME NA PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO - DE JOSUÉ DE CASTRO À ATUALIDADE: algumas considerações

Thaís Chaves Freires¹
 Gislane Barbosa Fernandes²
 Suzane Tosta Souza³

Resumo

O presente artigo objetiva entender a fome contemporânea e seus rebatimentos espaciais, frente ao processo expansivo e acumulativo do capital, que relega a classe trabalhadora a constantes privações na reprodução de sua existência, sendo a fome apenas uma delas. No decorrer das discussões busca-se a inter-relação entre o fenômeno da fome, a condição de classe e a produção desigual do espaço. Assim, objetivou-se analisar, primeiramente, a leitura e interpretação do livro Geografia da Fome, de Josué de Castro e, em um segundo momento, dada expansão do fenômeno da fome na atualidade, a busca de compreender os espaços da fome moderna como expressão das contradições capital *versus* trabalho.

Palavras-chave: Classes sociais. Fome. Produção do Espaço.

Introdução

Para compreender o fenômeno da fome, foi retomada a obra clássica na ciência geográfica que é a Geografia da Fome, de autoria do médico e geógrafo Josué de Castro – texto que já apontava, pioneiramente, a superação da leitura da fome enquanto expressão de um processo natural, associando-a a expropriação, a miséria e as desigualdades sociais, estabelecida, inclusive, por meio da concentração da propriedade fundiária e da negação da terra para os sujeitos que trabalham. Através dessas constatações, a referida obra é posta no âmbito dos debates e discussões travadas em torno da Questão Agrária Brasileira e outras problemáticas sociais.

Assim, o tema em questão circunscreve-se como uma pesquisa no campo da Geografia Agrária e Social e busca compreender a superação da fome como forma de enfrentamento à sociedade composta por classes sociais antagônicas, entendendo a questão da luta pela terra e pela vida (algo já apontado em Castro) como parte desse processo.

Há uma necessidade de trazer o debate clássico de Josué de Castro sobre o fenômeno da fome, pouco discutido nos espaços acadêmicos, notoriamente mascarado no interesse de não interferir na lógica da reprodução ampliada do capital. A fome, longe de ser entendida

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, thaischavesfreires@hotmail.com

² Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, gisafernandes18@gmail.com

³ Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, suzanetosta@gmail.com

como um processo natural, explicado a partir do fenômeno da seca ou das desigualdades regionais, como o Nordeste, é um processo estrutural da sociedade capitalista, no qual o trabalhador é sujeito à condição de precariedade da sua reprodução social. A consolidação de um modelo produtivo voltado para uma geopolítica de controle da produção se apropria da renda do camponês ou retira esses sujeitos da terra, convertendo-os em assalariados.

O problema da fome é global e um dos principais do Brasil, sendo preocupante a desigual forma como a produção de alimentos é distribuída e até mesmo, desperdiçada. Esse desequilíbrio entre produção e distribuição se efetiva em uma sociedade produtora de mercadorias, em que a produção de alimentos volta-se ao acúmulo de capital e não para saciar a fome dos sujeitos, sobretudo o mais pobre. Assim, os sujeitos expropriados dos meios de produção e detentores, única e exclusivamente, de sua própria força de trabalho e sujeitos a vendê-la sob quaisquer condições, submetem-se a condições precárias de existência, exploração do trabalho, etc., a fim de garantir a reprodução da vida.

Não se sabe ao certo quantas pessoas no mundo passam fome ou quantas estão subnutridas. As estimativas variam entre 500 milhões e 1 bilhão de pessoas. O desinteresse mundial em avaliar corretamente a dimensão da fome no mundo esbarra em um fato concreto: a atual produção mundial de alimentos é suficiente para alimentar toda a população humana. Portanto, se centenas de milhões de pessoas passam fome, ou os alimentos são mal distribuídos ou são desperdiçados. Na realidade, as duas coisas acontecem ao mesmo tempo. (HELENE; BICUDO, 1994, p.16)

Busca-se retomar o debate sobre a fome na atualidade e suas expressões espaciais – configuradas nos espaços da fome moderna, *lócus* de reprodução dos trabalhadores historicamente expropriados dos meios de produção, a fim de compreender a expressão concreta na reprodução da classe trabalhadora e a fome explícita ou velada a que parte destes está sujeita.

A fim de dar conta dos objetivos traçados, indagou-se realizar um levantamento bibliográfico sobre as temáticas: trabalho, fome, mobilidade do trabalho e produção do espaço. Tal levantamento foi complementado através de leituras realizadas de forma individual e em grupo, com o objetivo de compreender o mundo do trabalho e suas dinâmicas, e a mobilidade da classe trabalhadora na atualidade, e o fenômeno da fome, bem como suas expressões espaciais – estabelecidas a partir da própria compreensão da sociedade classista.

Pontua-se ainda a necessidade da reforma agrária, pioneiramente apontada por Castro, e sua atualidade – através das lutas contemporâneas travadas pelos movimentos sociais

camponeses em busca da terra de trabalho. Considera-se, portanto, o acesso a terra como uma das formas possíveis de minimizar o problema da fome no mundo, dentre outras questões estruturais desse modo de produção.

É necessário lembrar que a realização da reforma agrária pelo Estado é preceito constitucional, portanto, obrigação do governo fazê-la, e, direito dos cidadãos em tê-la. Ou seja, não é uma decisão dos partidos que governam fazê-la ou não, muito menos, partidos, organizações ou intelectuais querê-la ou não. Reiterando, é obrigação do Estado e direito dos cidadãos. Para tal, a legislação brasileira manda os governos elaborarem o Plano Nacional de Reforma Agrária, que foi feito apenas duas vezes, no governo Sarney o primeiro e no primeiro mandato de Lula o segundo. (OLIVEIRA, 2015, p.29).

Ainda na pesquisa bibliográfica destaca-se a leitura e interpretação da obra seminal Geografia da Fome, do médico Josué de Castro, e seu contexto histórico, enquanto pioneiro na temática da fome e suas expressões espaciais/regionais no país. Posteriormente, entendendo que o fenômeno da fome não é algo superado buscou-se retomar o debate sobre a fome na atualidade, para tanto, buscou-se bibliografias mais recentes, tanto na Geografia como em áreas afins; além de documentos oficiais sobre o mapa da fome no mundo e no país.

Através de uma pesquisa documental, considerando diversos textos escritos, além de estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), etc., relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), análise do Mapa da Fome, fez-se necessário para compreender os reflexos de nossa sociedade e como esta, vem sendo formada a partir da realidade vivida.

Com isso, uma tentativa de diagnóstico da nossa sociedade atual foi realizada, referente à fome, e como ela ainda hoje é presente na vida de muitos sujeitos, que não possuem as mínimas condições de vida e sobrevivência, numa dura e crua realidade social cheia de contradições.

Com um tratamento geográfico, diferente das análises feitas por um sociólogo, economista ou nutricionista, se estabelece a proposta de denunciar os flagelos que ainda perpassam no espaço geográfico, no tocante à fome, à pobreza e à miséria, produzidas pelo homem contra outros homens, analisando a geografia da fome, sua geopolítica e as condições de vida da classe operária.

Da Geografia da Fome de Josué de Castro à fome moderna

O presente trabalho buscou, inicialmente, através da leitura do clássico Geografia da Fome, de Josué de Castro, publicado originalmente no ano de 1946, compreender a fome como resultado das contradições existentes na sociedade composta por classes sociais antagônicas e que, portanto, nada tinha haver com as meras dificuldades oriundas das condições naturais, como os longos períodos de estiagem no Nordeste brasileiro, por exemplo. Assim, foi lida a questão da fome como processo social, oriundo da concentração da riqueza, e da terra, nas mãos das classes dominantes e da necessidade da reforma na estrutura fundiária e outras questões levantadas pelo eminente médico. Partindo dessa realidade concreta, concebe-se que, o fenômeno da fome, longe de ser superado se amplia frente à expansão do capital e sua ânsia de acumulação na atualidade.

Josué de Castro apresenta pela primeira vez um mapa da fome do Brasil, dividindo o país em cinco regiões alimentares: Amazônia, Área da Mata do Nordeste, Sertão do Nordeste, Centro-Oeste e Extremo-Sul, das quais somente as três primeiras são consideradas como áreas críticas da fome no país, revelando uma verdade, até então oculta. Com base em parâmetros econômicos, culturais, históricos e geográficos traz à tona como esses elementos influenciam hábitos alimentares prejudiciais que podem causar por consequência, doenças da fome.

O Brasil está fora do mapa da fome desde 2014, pela primeira vez na história (Figura 01). O País agora se prepara para cumprir uma agenda de desenvolvimento sustentável internacional que prevê, entre outros compromissos, a erradicação completa da fome no mundo até 2050, segundo Belincanta (2015). Mas será mesmo que isso é possível?

O relatório “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo” (SOFI, em inglês) foi apresentado esta quarta-feira (27.05), em Roma, pelas três agências da ONU com sede na capital italiana: a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Alimentar Mundial (PAM). Segundo o relatório, 795 milhões de pessoas ainda passam fome no mundo. Na última década, mais de 167 milhões saíram desta situação, e em 25 anos o número foi reduzido em 216 milhões. A América Latina e a Ásia registaram progressos particularmente positivos. Já o continente africano continua em alerta vermelho. (BELINCANTA, 2015)

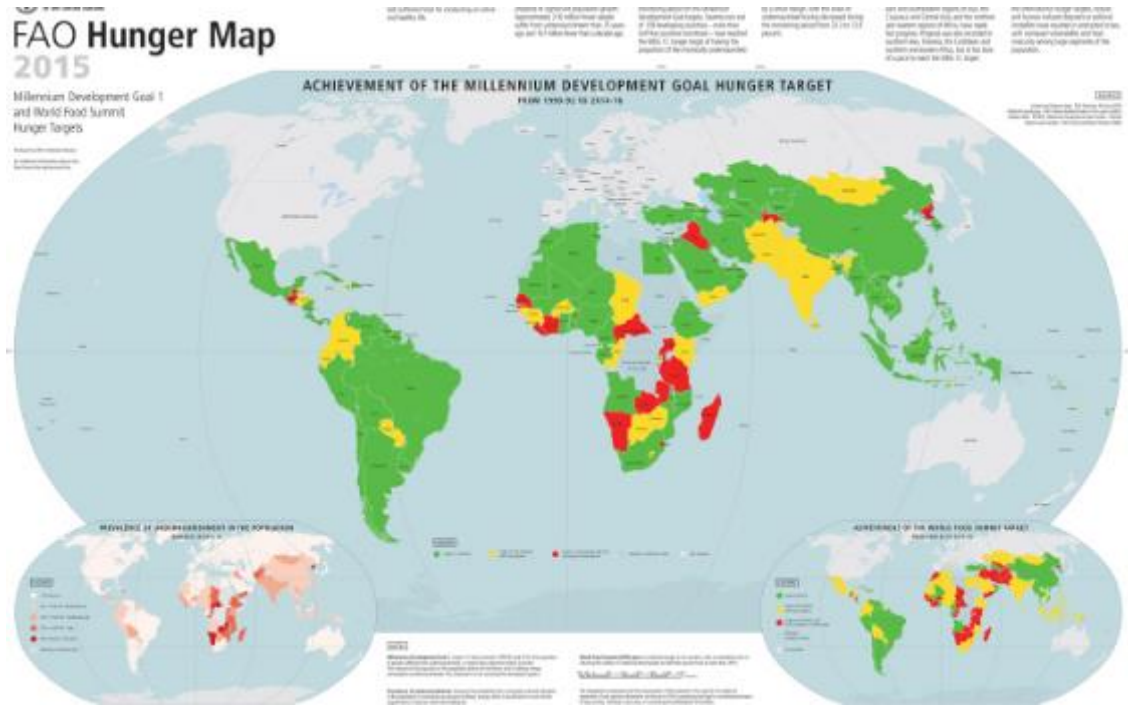


Figura 01: Mapa da fome 2015

A produção de capital se estabelece mundialmente, mas está extremamente concentrada nos países onde estão as empresas centrais. A forma de operar de modo desigual e combinado, na leitura da contradição, se estabelece no processo de extração de mais valia e da apropriação da riqueza socialmente produzida por uma classe que também está espacialmente localizada. É preciso entender que essa produção de riqueza não se converte em riqueza da população, ela é concentrada nas mãos das classes dominantes detentoras dos meios de produção, em detrimento dos sujeitos sociais que produzem o valor.

Percebe-se que a lógica do modo de produção capitalista é a acumulação, ou seja, o que é central não é a produção de alimentos para saciar a fome dos sujeitos, e sim, a produção de alimentos que se convertem em mercadorias a serem vendidas e compradas no âmbito do mercado – se estabelecendo enquanto valor de troca. Para que essa lei do mercado capitalista ocorra, não interessa que centenas e milhares de pessoas sejam mortas ou condicionadas a uma vida desumana e colocadas fora do processo produtivo e seus resultados, o importante é a garantia do aumento da massa de mais valia.

No campo, tal realidade se expressa de forma diretamente proporcional ao crescimento significativo da produção de alimentos, em que, contraditoriamente, o fenômeno da fome – explícita ou velada – também se amplia. Assim, consideram-se os espaços da fome moderna como lócus de miséria indispensáveis a produção e acumulação da riqueza – via

expansão do capital. Portanto, a questão é estrutural e não será resolvida enquanto prevalecer às condições desumanas e destrutíveis desse modo de produção.

A fome: produto de uma sociedade classista e suas expressões na desigual produção dos espaços da riqueza e da miséria

A intensificação da fome no mundo também não se explica pelo crescimento populacional. Defendendo o direito à vida, Josué de Castro vai contra o controle de natalidade, pois possuímos a capacidade de produzir alimentos para todos os indivíduos, de forma que se tenha uma boa alimentação diária, desde que ocorra uma transformação das relações sociais, através da democratização dos alimentos necessários a reprodução da vida humana. Com toda a extensão territorial que o Brasil possui e a diversidade panorâmica climato-botânica, seria possível alimentar uma população muitas vezes maior do que a atual, evidenciando uma configuração econômico-social que favorece as múltiplas possibilidades geográficas que o país dispõe. Não há perigo algum em multiplicar a população, visto que são capazes de produzir para a sua própria subsistência.

Vale ressaltar que poucos são os trabalhos acadêmicos voltados para o estudo do fenômeno da fome, entretanto, a destruição causada pela fome é imensa. Sempre foi julgado pouco pertinente, entre os povos bem nutridos, debater sobre a fome dos menos afortunados - fome - que nunca foi conteúdo muito popular em questão de política. E, no entanto, a fome tem sido através dos tempos, a mais perigosa das forças políticas (ALVES apud BOYD ORR, 2008, p.105).

É bastante comum associar algumas intempéries, catástrofes naturais e até mesmo as características climáticas de algumas regiões à fome. Há quem afirme, com plena convicção, que a fome da população do sertão nordestino brasileiro está ligada à falta de chuva na região. [...] No entanto, no sertão, morre por falta de alimento apenas o mais pobre. Jamais sucumbe aquele que tem posses e, portanto, acesso ao alimento. (NUNES, MARCONDES & HELENE; 1994, p. 14).

Há um discurso ideológico de naturalizar a pobreza, a miséria, como resultado de desastres ambientalistas, mas, os únicos que são efetivamente prejudicados são os pobres, quando perdem sua produção agrícola, ficam sem acesso ao alimento e sem condições financeiras para comprá-lo no mercado. Há alimentos suficientes no planeta para satisfazer as necessidades humanas de todos os habitantes, a grande questão está na distribuição fundiária,

na centralização do poder e da renda, uma vez que, no capitalismo esses alimentos são postos como mercadoria, tendo como uma das medidas para sua minimização, a reforma agrária, que devia partir da união dos trabalhadores rurais contra os latifundiários, no sentido de defender a distribuição da propriedade da terra, transformando os camponeses pobres em produtores de alimentos. No que se refere à produção de alimentos, uma das questões apontadas por Castro e que vale reforçar, seria exatamente a distribuição de terras como forma de dar aos sujeitos a possibilidade de produzir alimentos não só para sua reprodução, mas também para o mercado interno.

A maioria das estatísticas internacionais sobre a produção de alimentos e sobre a fome mede a disponibilidade de alimentos, o que não é a mesma coisa que consumo de alimentos: ter alimento disponível não significa ter acesso a ele. Apesar da perda cada vez maior de terras com potencial agrícola, o que pode comprometer seriamente as novas safras, a fome mundial não é, por enquanto, o resultado de uma escassez de alimentos, mas sim da impossibilidade de comprá-los ou plantá-los. (HELENE; BICUDO, 1994, p.17)

A situação imposta à classe trabalhadora atual, no contexto de investida do capital sobre o trabalho, leva a ampliação e intensificação da fome no mundo. Essa realidade, portanto, longe de vir a ser entendida como um processo ideológico de naturalização da fome se explica e se expande frente às próprias necessidades produtivas do capital, e a expropriação dos trabalhadores do produto do seu trabalho. A própria expansão do exército de trabalho e dos sujeitos supérfluos, detentores única e exclusivamente de sua força de trabalho e dispostos a vendê-la sob qualquer circunstância, e dada impossibilidade do capital em explorar esses sujeitos, pode ser compreendido como central na análise da intensificação da fome na atualidade. Nesse contexto, os espaços da fome e da miséria se confundem com os espaços de reprodução da classe trabalhadora – a exemplo das periferias urbanas ou das comunidades pobres camponesas. De tal modo, as ditas políticas estatais de distribuição de renda, não são suficientes para resolver o problema da fome no mundo, na medida em que não mexe nas questões estruturais da exploração do trabalho pelo capital.

Para isso, o capital personalizado na ação do Estado utiliza-se do discurso de combate à pobreza para apropriar-se do espaço urbano e rural nos países considerados subdesenvolvidos. A viabilização à lógica expansionista via políticas públicas é o canal de ligação entre capital-trabalho-Estado, conseqüentemente a garantia do lucro. (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2010, p.43).

Especificamente, no Brasil, segundo relatório da ONU divulgado em 2012, o número de pessoas que não tinham acesso a alimentos imprescindíveis para a manutenção da vida caiu

82% (Figura 02). Embora os dados apontados que evidencia essa queda da fome no Brasil e que provavelmente pode ter a ver com os rebatimentos das políticas públicas ditas sociais ou consideradas políticas de distribuição de renda, aparentemente, acredita-se que exista uma relação dessa queda apenas do consumo mínimo para as pessoas se manterem vivas, não as tirando da condição de pobreza na qual elas se reproduzem. É preciso extinguir 100% essa privação de comida, que se transforma numa privação do próprio direito de viver.

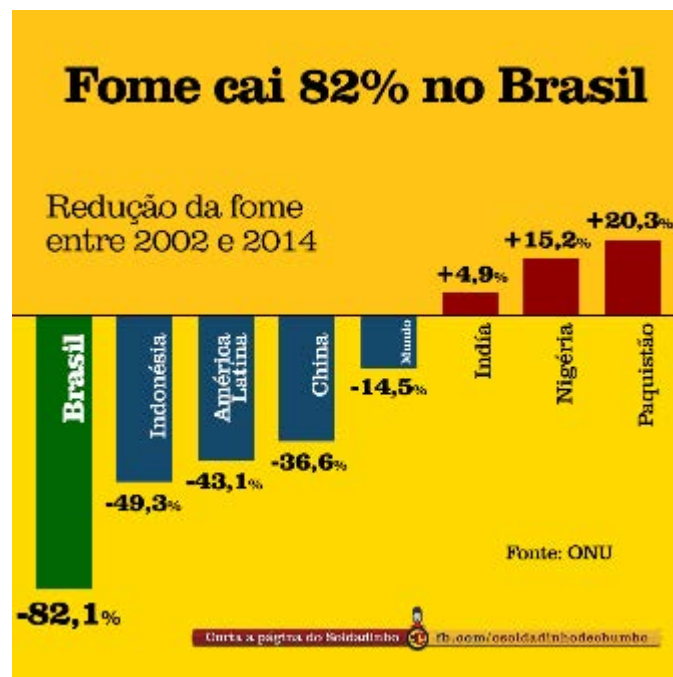


Figura 02: Queda da fome no mundo, segundo a ONU.

Questão agrária no Brasil e a questão da fome

Em uma das suas análises, Castro defende que o drama da fome será superado se houver reforma agrária, seria uma espécie de libertação do povo da servidão a terra e, conseqüentemente aos seus grandes proprietários, para uma vida baseada apenas em sanar as suas necessidades humanas. Do contrário, seria impossível o seu combate. Mas, para isso é preciso intervir nos privilégios que poucos possuem e pensar no bem-estar da coletividade. Lembrando que, numa leitura mais atual, a reforma agrária minimizaria o fenômeno da fome, mas não garante sua superação, porque a questão agrária por si só não permite romper as contradições capital *versus* trabalho, embora dê as condições para parte das famílias.

Um relatório encomendado pelo Banco Mundial (Bird) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2008, alerta que o modelo da agricultura brasileira não solucionou a crise social no país nos últimos 50 anos.

Cerca de 400 cientistas e especialistas de todo o mundo fizeram parte do esforço de pesquisa e concluíram que os países latino-americanos usam apenas 25% da capacidade agrícola da região. O alerta é feito em meio a uma das maiores crises de alimentos no mundo nos últimos 30 anos. [...] Segundo o levantamento, submetido aos diversos governos, entre eles o Brasil, a América Latina tem o maior estoque de terras aráveis do mundo, com 576 milhões de hectares (cada hectare corresponde a 10 mil metros quadrados). Isso representa 30% de toda terra arável do planeta, sendo que uma parte substancial está no Brasil. (Agência Estado, 2008).

A América Latina, aparentemente, tem condições de dissipar a fome e a pobreza da sua população, com todo o progresso da ciência e da técnica, mas para isso é preciso transformar sua estrutura agrária, em benefício da segurança alimentar do povo. Tem-se um modelo de acumulação que serve a uma determinada classe dominante e que controla toda a produção de alimentos em nível mundial, e também a terra a partir da propriedade privada, se apropriando da riqueza produzida e da terra.

Tem-se espaços desiguais e contraditórios de riqueza e pobreza, fartura e miséria, ganância e injustiça social, em que a fome se manifesta sorrateiramente arruinando moralmente e fisicamente os indivíduos, gerando consequências sociais inesperadas de curto a longo prazo. São esses próprios indivíduos que constroem o mundo através da força de trabalho alienado, sendo nada estável, tudo feito visando o sistema dominante.

Como aponta Castro (1984), o problema agrário constitui-se em um grave problema histórico no Brasil, com concentração da propriedade privada da terra nas mãos de poucos ou de uma determinada classe social e uma grande maioria à mercê da pobreza, pois possui pouca ou nenhuma terra para o cultivo de alimentos. Acrescenta-se a essa realidade a exacerbação das contradições inerentes ao contexto de crise estrutural do capital e seu avanço no campo brasileiro, promovendo, ao mesmo tempo em que se consolida a luta pela terra, uma concentração sem precedentes na história agrária do país, evidenciando que o problema da fome, longe de ser resolvido, se acresce.

De acordo com os dados extraídos do INCRA, Ariovaldo Umbelino faz a constatação do grau de concentração fundiária brasileira:

Dessa forma, no período de 1967/1972 a área ocupada pelas grandes propriedades cresceu 17,6 milhões de hectares, e, entre 1972/1978, elas cresceram 52,2 milhões

de hectares, ou seja, entre 1967/1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69,9 milhões de hectares. Foi o período da denominada modernização da agricultura da ditadura militar de 1964, que trouxe consigo o crescimento da concentração fundiária nas grandes propriedades latifundistas. (OLIVEIRA, 2015, p.30).

Surge então, a questão-chave do problema: a fome como parte da questão agrária, já que em princípio, temos pessoas e terras suficientes para produzir alimentos para todos, e o avanço da Ciência e da Técnica poderia proporcionar esse progresso. Entretanto, alinhado ao projeto de uma agricultura moderna está o problema econômico, o caráter classista da sociedade capitalista, a apropriação privada das terras e as contradições inerentes à produção social proporcionando a exacerbação das contradições capital *versus* trabalho. Na sociedade capitalista, a política agrícola é fundamentada em interesses externos, cujo modelo de desenvolvimento prioriza os grandes monocultivos para exportação (Figura 03), hoje baseada na produção de commodities. Tal realidade, praticamente exclui o camponês, que ou abandona sua terra, ou passa a viver nela com maiores dificuldades. Ora, se o camponês é considerado um produtor de alimentos, sua saída ou diminuição no campo tanto implicaria diretamente no aumento da fome como pode gerar sérios problemas para a segurança alimentar da população em geral.

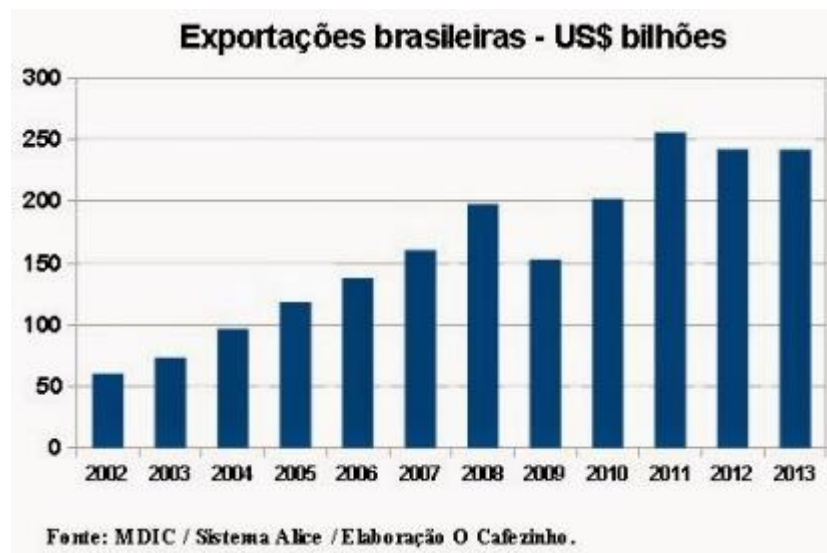


Figura 03: Exportações brasileiras tiveram um crescimento expressivo a partir do governo Lula, acumulando um saldo de US\$ 307 bilhões entre 2003-2014.

Para Magalhães e Peixoto (2014), persiste no mundo uma desigual distribuição da riqueza e uma maior importância aos valores do sistema burguês, uma economia

monopolizada, em que a produção se torna social, apesar de uma classe limitada de pessoas apoderar-se dos lucros.

Não existe nenhuma política de mudança estrutural que viabilize reformas sociais, que possam representar algum indicador de alteração na diminuição da taxa de indigentes. Na leitura dos espaços desiguais observa-se uma leitura geográfica sinalizada por pontos, ilhas de fortes concentrações de riquezas, dos ganhadores globais, que se perdem nos oceanos imensos de miséria dos perdedores no mercado capitalista. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 168).

Logicamente, a pobreza é necessária para a acumulação de riqueza. O trabalhador é sujeito a precarização do trabalho, posto como mercadoria frente a um modelo produtivo que busca expandir a produção, e para tal, extrai dele toda força de trabalho possível. Em geral, ocorre uma exploração da mais-valia, típico do capitalismo usurpador do esforço da classe trabalhadora. O dito neoliberalismo trouxe como consequências a pobreza e a desigualdade acentuadas, uma ampla centralização da riqueza com intervenção dos mais ricos sobre a política estatal, inferindo diretamente na questão da fome na atualidade. São consequências esmagadoras, nas quais a intensificação do lucro leva à concentração de riqueza, em que a miséria se espacializa nessa produção desigual e perversa da relação capital versus trabalho, inserida no discurso da globalização, em que há um progresso da técnica e da ciência, em uma nova ordem de acumulação flexível que, contraditoriamente, pretende desenvolver a economia e por fim a desigualdade.

O trabalho passa a ser, não uma forma de necessidade de subsistência, mas uma maneira da classe dominante de cada vez mais obter a mais valia. O trabalhador não se desenvolve como ser humano, mas somente para a produção da riqueza, visto como uma coisa qualquer, sendo submetido a uma vida desumana, revelando uma grande farsa na esfera capitalista.

O drama da fome que age sobre grandes massas humanas é um fenômeno social presente em toda a dimensão do espaço geográfico, com variações de intensidade, destruindo e arrasando muitos de seus indivíduos. O desconhecimento da realidade vivida ameaça desestabilizar a sociedade. Há uma tentativa de mascarar as suas misérias, consequentes de sua organização social, e principalmente, do seu passado histórico.

A fome se expressa geograficamente a partir da condição de classe dos sujeitos que passam fome, de serem trabalhadores, ocupando e produzindo os espaços da miséria, manifestando espacialmente porque ela é produto de uma sociedade classista, portanto

desigual. A fome e a miséria são condições necessárias à própria reprodução ampliada do capital e superar a fome, a desigualdade, a miséria, requer a própria transformação da realidade social, destruindo as relações de produção. À medida que o trabalhador se apropria do produto do seu trabalho, não há fome e nem miséria.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Jakson Amancio, A contribuição de Josué de Castro no estudo e combate à fome e sua repercussão científica e política na geografia, Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v.25, n.2, mai/ago. 2008.

BELINCANTA, Rafael, Mapa da Fome 2015: 795 milhões de famintos. Disponível em: < <https://belincanta.blog/tag/fome/>> Acesso em 03 de set. 2017.

CASTRO, Josué de, Geografia da Fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Editora Antares, 1984.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo – Brasil 2015 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz, A geografia do espaço da miséria. Scientia Plena 1 (6): 166-170, 2005.

DONISETI, Marcos, Dados econômicos atuais do Brasil! Disponível em: < <http://guerrilheirodoentardecer.blogspot.com.br/2015/07/dados-economicos-atuais-do-brasil.html>> Acesso em 03 de set. 2017.

FELÍCIO, Munir Jorge. Questão agrária e processos históricos de construção de paradigmas. Geografia em Questão (Online), 2010.

Fome cai 82% no Brasil, destaca relatório da ONU. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/fome-cai-82-no-brasil-destaca-relatorio-da-onu>> Acesso em 04 de mar. 2016.

Harvey, David, O enigma do capital: e as crises do capitalismo; tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HELENE, Maria Elisa Marcondes; MARCONDES, Beatriz; NUNES, Edelci. A fome na atualidade. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

HELENE, Maria Elisa Marcondes; BICUDO, Marcelo Briza. Sociedades sustentáveis. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Introdução à filosofia de Marx. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MANÇANO, Bernardo; WALTER Carlos, Josué de Castro: Vida e Obra. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2000.